

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****4ª VARA CÍVEL****RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1007194-92.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Cheque**
 Requerente: **Sirlene Maria Nunes**
 Requerido: **Rogério Aparecido da Silva**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

Sirlene Maria da Silva move ação declaratória de inexistência de débito c/c indenização por danos morais e antecipação dos efeitos da tutela jurisdicional contra Rogério Aparecido da Silva. Sustenta que emitiu os cheques nº 900021 (sacado Caixa Econômica Federal) e AS-000112 (sacado Banco Itaú), como garantia de adimplemento de um contrato de fomento mercantil celebrado entre a empresa se sua filha, Joseana Eugênia da Silva MEI, e a empresa Chronos Factoring e Fomento Mercantil Ltda. ME. A dívida referente ao contrato foi integralmente paga. Ocorre que o réu recebeu os referidos cheques da faturizadora e, indevidamente, levou-os a protesto, como se titularizasse algum direito contra a autora. Na realidade, o réu é ex-esposo de Joseana e por engano da faturizadora os cheques foram devolvidos a ele. Sob tais fundamentos, pede a declaração de inexigibilidade do débito referente às cártulas e a condenação do réu ao pagamento em dobro do que cobrou indevidamente, além de indenização por danos morais.

Contestação ofertada, alegando o réu que foi ele quem efetuou o pagamento da dívida referente aos cheques, perante a faturizadora, sub-rogando-se nos direitos desta, razão pela qual o protesto é legítimo assim como as dívidas existem, pedindo a improcedência da ação.

1007194-92.2017.8.26.0566 - lauda 1

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****4ª VARA CÍVEL****RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Houve réplica.

Processo saneado às fls. 109, designando-se audiência de instrução.

Em audiência, foi ouvida uma testemunha, fls. 116.

As partes manifestaram-se em debates.

É o relatório. Decido.

O réu está em poder de dois cheques emitidos pela autora, copiados às fls. 74/75 (nº 900021, sacado Caixa Econômica Federal) e 76/77 (nº SA-000112, sacado Itaú Unibanco), tendo ambos como beneficiária a empresa Chronos Factoring Fomento e Mercantil Ltda., com quem a empresa da filha da autora, Joseane Eugenia da Silva, havia celebrado contrato de fomento mercantil, consoante fls. 21/25 e 28/29.

Com o pagamento do débito oriundo do contrato de fomento mercantil, os dois cheques foram entregues ao réu pela faturizadora.

A primeira das cédulas o réu protestou contra a autora, fls. 78/79, que foi inclusive negativada, conforme fls. 87/88.

Sustenta o réu que titulariza direito contra a autora porque foi ele quem pagou o débito da faturizadora e, assim, sub-rogou-se nos direitos desta.

Todavia, a autora comprovou que, ao contrário, o réu não titulariza direito algum e o protesto efetivado deu-se dolosamente.

Com efeito, a testemunha Mayna Silvatti Cruvinel Moura, ouvida às fls. 116, era funcionária da faturizadora à época dos fatos e esclareceu que na realidade os cheques foram entregues ao réu na suposição de que ele, à época, ainda estivesse casado com a filha da autora, Joseane. Supôs-se que o réu recebeu os cheques "em nome" de Joseane. E acrescentou que todos os pagamentos foram feitos por Joseane, não pelo réu, ainda que na época em que os dois estava casados o réu a tenha acompanhado algumas vezes.

Ante esse conjunto probatório, inequívoca a inexistência da dívida, pois o réu não



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

titulariza qualquer direito contra a autora, assim como é de rigor a condenação do réu na obrigação de pagar o montante equivalente ao que indevida e dolosamente cobrou, nos termos do art. 940 do Código Civil.

Além disso, deverá indenizar a autora pelos danos morais advindos do protesto indevido, arbitrados estes, segundo os parâmetros ordinariamente adotados pela jurisprudência, em 05 vezes o valor da cártula, para o que considero, de um lado, que o comportamento do réu foi doloso e, de outro, que a sua condição econômica é baixa, tanto que o valor convencionado entre ele e a filha da autora para a pensão alimentícia da filha teve por base a circunstância de que ele estaria recebendo cerca de R\$ 800,00 ao mês, apenas (fls. 31).

Ante o exposto, julgo parcialmente procedente a ação para (a) confirmando as liminares, declarar que a autora não deve ao réu os valores corporificados nos cheques por ela emitidos de nº 900021, sacado Caixa Econômica Federal, e nº SA-000112, sacado Itaú Unibanco, determinando que, com o trânsito em julgado, seja definitivamente cancelado o protesto já efetivado (b) condenar o réu a pagar à autora R\$ 1.500,00, com atualização monetária pela Tabela do TJSP desde a propositura da ação, e juros moratórios de 1% ao mês desde a citação (c) condenar o réu a pagar à autora R\$ 7.500,00, com atualização monetária pela Tabela do TJSP desde a presente data, e juros moratórios de 1% ao mês desde a citação.

Cada parte arcará com 50% das custas e despesas e pagará ao advogado da parte contrária honorários nos seguintes termos (a) devidos pelo réu: 10% sobre o valor da condenação (b) devidos pela autora: 10% sobre a diferença entre o valor da condenação atualizado e o valor total (R\$ 3.000,00 + R\$ 18.740,00), também atualizado, que a autora estava postulando na inicial. Tudo isso com a exigibilidade suspensa, ante a AJG concedida a ambas as partes.

P.I.

São Carlos, 07 de novembro de 2017.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**